

# O LAZER E AS FASES DA VIDA

Hélder Ferreira Isayama  
Christianne Luce Gomes

O lazer tem despertado grande interesse em diferentes segmentos de nossa sociedade atual e, geralmente, é associado ao descanso, ao entretenimento e ao consumo de conteúdos culturais. Esses aspectos são importantes para a caracterização do lazer na contemporaneidade, mas, lamentavelmente, observa-se que a vivência passiva desse fenômeno acaba atingindo todas as fases da vida, da tenra infância aos estágios mais avançados da velhice.<sup>1</sup>

Além disso, como o termo “lazer” pode ser utilizado de diversas formas, na maioria das vezes o seu entendimento é marcado por preferências e juízos de valor, os quais são influenciados e limitados por questões sociais, culturais, políticas, pedagógicas, geracionais e econômicas, entre outras. Essas barreiras são decorrentes dos interesses hegemônicos que, articulados aos princípios excludentes verificados em nossa sociedade, acabam comprometendo a vivência crítica e criativa do lazer, como observa **Marcellino (1983)**, dificultando assim a sua compreensão por parte de pessoas de diferentes faixas etárias e grupos sociais.

Neste texto, o lazer é compreendido como uma dimensão da cultura, tempo e espaço para a vivência lúdica de conteúdos culturais

---

1. Marcellino (1983), apoiado em Dumazedier, fala-nos que atividade e passividade no lazer dependem dos níveis de desenvolvimento da experiência. Assim, se o lazer for realizado no nível conformista estará relacionado à passividade e, caso seja desenvolvido nos níveis crítico e criativo, poderá ser caracterizado com uma vivência ativa.

em patamares críticos e criativos, o que o caracteriza como uma esfera abrangente, que tem profundas relações com o trabalho, com a educação e com a família, dentre outras dimensões da vida. É por isso que o consideramos um dos elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

No entanto, cabe lembrar que o lazer não pode ser desvinculado de toda a problemática social e que, sozinho, não é capaz de transformar a nossa vida e de torná-la qualitativamente melhor. Assim, pensar o lazer numa perspectiva abrangente não significa desconsiderar a possibilidade de que ele também possa constituir-se em estratégia de manipulação e controle social, sentido que muitas vezes é a ele atribuído. Por isso, é necessário repensar essas visões, por meio da sistematização de conhecimentos e da realização de pesquisas que tratem o lazer de maneira ampla e contextualizada, situando-o nos diferentes estágios que marcam a nossa existência cotidiana.

É importante pontuar, ainda, que o lazer pode reforçar uma série de preconceitos direcionados à grande parte da população, tais como mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiência, negros, homossexuais, minorias étnicas e religiosas etc. Embora essa relevante questão perpassasse as considerações sobre o lazer ao longo da vida – que pode ser periodicizada a partir de diversas maneiras –, neste texto não trataremos dela diretamente. Propomos, pois, uma reflexão sobre o lazer nas diferentes fases da vida considerando alguns limites e possibilidades observadas no decorrer da existência humana, e os momentos por nós escolhidos foram a infância, a juventude, a idade adulta e a velhice.

Ao tecer considerações sobre o lazer de crianças, jovens, adultos e idosos, entendemos que tratamos de grupos que são complexos e heterogêneos. Ao mesmo tempo em que há uma identidade constitutiva das singularidades e dos elos internos de coesão entre os membros de cada um desses grupos, há também uma pluralidade reveladora das diferenças entre os sujeitos, que podem integrar, ou não, um mesmo grupo etário e social. Verificamos, dessa maneira, um contínuo e diversificado trânsito de interesses, uma vez que os indivíduos fazem parte de vários agrupamentos durante a vida. Além disso, evidenciamos um rico processo de construção e

reconstrução de subjetividades, no qual diversas identidades estão em confronto, tensão e diálogo, conforme afirma Melo (2003).

A infância, a juventude, a idade adulta e a velhice, para Groppo (2000), são faixas etárias construídas modernamente, a partir de situações comuns vividas em comum por certos indivíduos. Tratam-se não somente de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas.

Como possibilidade relativamente aberta de vivência social e como “símbolo”, as faixas etárias devem ser pensadas como uma diversidade de grupos. Pluralidade constituída nas diferentes histórias, experiências, limites e projetos vindos da condição de classe, gênero, etnia, nacionalidade, “desenvolvimento” econômico, condição urbana/rural, religião, incluindo a própria vivência de lazer em cada fase da vida, como será abordado a seguir.

## O Lazer na Infância: um direito de cidadania

Em geral, a infância é compreendida como uma fase da vida que vai do nascimento até que a criança complete doze anos de idade. Apesar de essa limitação etária ser freqüentemente adotada em nosso meio, deve ser vista apenas como uma referência inicial para que possamos compreender a infância, que se trata de um período de descobertas, aprendizados e inserção material e simbólica na realidade.

Muitos estudiosos consideram inadequado tratar do tema lazer tendo-se, como referência, o período da infância, especialmente se considerarmos os anos que antecedem o ingresso das crianças no processo de escolarização formal (Marcellino, 1990). A justificativa para essa interpretação é o fato de que, nessa etapa da vida, o tempo da criança ainda não apresenta uma divisão entre as atividades obrigatórias (relacionadas ao trabalho produtivo ou escolar) e não obrigatórias (relacionadas ao lazer).

De fato, se focalizarmos a questão do uso do tempo, em nossa sociedade ocidental capitalista, a vida social pode ser dividida entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho (ou, como preferem alguns, tempo livre). Contudo, essa não é a única referência de análise válida para refletirmos sobre o contexto e, nele, sobre determinados sujeitos e grupos sociais – independentemente da fase da vida que estiverem usufruindo, do nascimento aos anos avançados que a velhice, hoje, já é capaz proporcionar, graças ao aumento da expectativa de vida ao nascer.

Assim, para tratar da temática lazer e infância podemos lançar mão de outros referenciais de reflexão e análise, os quais partem do pressuposto de que a dinâmica social que nos constitui é muito mais complexa e desafiadora do que se pode supor. Caminhando nessa direção, retomemos algumas cruciais indagações: faz sentido falar em lazer na infância? Não seria mais acertado associar às crianças apenas as atividades lúdicas, traduzidas por termos como brincadeira, brinquedo e jogo?

Em nossas buscas, constatamos que a maioria dos estudos dedicados ao universo infantil opta por este último encaminhamento, evitando atrelar o lazer à infância, uma vez que se trata de uma polêmica e controversa questão. Concebida dessa maneira a infância, mesmo detendo particularidades que a distinguem das outras fases da vida, deveria ser vista como um período que considera acima de tudo o tempo presente, não devendo sacrificar o aqui e o agora em nome de um futuro em potencial. A criança “é”, e não simplesmente “será”.

Marcellino (1990), criticando o furto do lúdico na infância, afirma que nessa fase da vida há uma impossibilidade de viver o presente, em nome de uma preparação para um futuro que não pertence à própria criança. E nesse caso, encontramos crianças que vivem desde cedo a rotina do trabalho, ou melhor, da necessidade de trabalhar, em função das dificuldades pelas crianças e por suas famílias. E por outro lado temos outro panorama que também dificulta a vivência do lúdico por esses sujeitos, e nesse caso, são crianças que possuem melhores condições de vida, mas que são obrigadas a participar de diversas atividades (esportes, computação, línguas etc.), que nem sempre são prazerosas e de escolha da criança.

Em face dessas observações e questionamentos iniciais, esclarecemos que partimos do pressuposto de que a criança é, antes de tudo, um cidadão. Por isso a criança – que é simultaneamente um sujeito singular e plural, cuja heterogeneidade varia em função dos distintos elementos culturais, simbólicos, materiais, políticos, sociais etc., que constituem a história de vida de cada indivíduo – tem direito ao acesso e ao usufruto de todo o patrimônio que a sociedade vem produzindo social e historicamente. Obviamente, entre outros direitos sociais, políticos e civis de todo cidadão, inclui-se o direito da criança ao lazer.

Seguindo essa linha de raciocínio, a criança enquanto cidadão pode e deve usufruir o lazer, pois este é uma dimensão da cultura e parte inerente da nossa vida em sociedade. A criança brinca e joga, mas ela também tem (ou, pelo menos, deveria ter) acesso a todas as prerrogativas inerentes ao lazer (como, por exemplo, os períodos institucionalizados para a vivência deste fenômeno, como o final de semana, as férias e os feriados) e também à riqueza cultural que o integra, a partir da vivência de múltiplas manifestações culturais: jogos, festas, dramatizações, esportes, músicas, literatura, passeios e viagens de férias etc.

Mesmo cientes de que há uma distância entre a lei e a realidade concreta, nossos documentos legais já reconhecem o direito dos infantes ao lazer, previsto no *Estatuto da Criança e do Adolescente*, conforme enunciado em seu Artigo 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Na prática, isso significa que o governo e a sociedade, em geral, têm o dever de propiciar oportunidades e experiências de lazer para todas as crianças (e adolescentes), e que nós também temos o direito e o dever de reivindicar do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil os meios, os espaços, os materiais e os recursos para efetivá-los em nossa dinâmica social, incluindo pessoas de todas as faixas etárias, credos, etnias e condição socioeconômica. Trata-se de lutar pela universalização dos direitos, tendo em vista o exercício da cidadania plena.

O direito ao lazer é mencionado em outros artigos do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, mas, neste texto consideramos citar mais uma passagem deste documento, contida no Artigo 71: A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Estando em processo de constituição e desenvolvimento, certamente as crianças precisam ampliar as suas oportunidades de conviver, interagir, refletir, duvidar, questionar, criar, descobrir, e... brincar, desenvolvendo assim todo seu potencial. Desse modo, assinalamos o brincar como fundamental para a infância (mas não apenas para essa fase da vida), e não como uma estratégia para evitar a controvérsia lazer/criança.

Afinal, o brincar se manifesta como dimensão que é simbólica, constitui inserção cultural, se expressa como linguagem e como processo de elaboração de significados e sentidos coletivos, contextualizados e enraizados no universo social que o legitima. Baseado em Vygotsky, Debortoli (2004) sublinha que o brincar não é espontâneo, não é natural e nem próprio das crianças, mesmo que nelas, e por elas, se expresse em suas formas mais genuínas. O brincar é uma construção cultural, e deve ser compreendido como processo de inserção em um tempo-espço de aprendizados demarcadamente sociais.

Brougère (citado por Debortoli, 2004) observa que o brincar expressa uma necessidade humana de explorar objetos culturais de forma a ampliar o universo simbólico que potencializa as mais diferentes representações do real. Por isso, constitui-se como imaginação e narrativa, como processo de problematização e reconstrução da realidade, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança.

Uma brincadeira entrecruza histórias, tempos e espaços. Não se brinca apenas com um objeto. Brinca-se com uma memória coletiva que muitas vezes transcende quem brinca e o próprio momento da brincadeira: objetos, tempos, substâncias, regiões, épocas, cidades, países, estações do ano, rituais, os mais amplos e ricos contextos humanos (Debortoli, 2004, p. 20).

Em suma, o brincar é contextualizado material e simbolicamente e, por essa razão, carrega as marcas da nossa vida cotidiana: sentidos e significados, tradições, inovações, papéis sociais, desejos, necessidades, sonhos, prazeres, descobertas, anseios, receios, limites, contradições. Em geral, as crianças sabem lidar – isto é, brincar – de uma forma muito especial com todos esses elementos, desvelando múltiplas possibilidades para a vivência do lúdico (Gomes, 2004).

Partindo do pressuposto de que o lúdico é a própria “linguagem do brincar”, não deveria ser encarado como algo próprio e restrito apenas à infância, mas como uma essência que deveria contagiar o lazer em todas as etapas da vida.

## Lazer, juventude e cultura jovem

De acordo com Sposito (1996), a definição do que é juventude precisa ser historicizada e tratada sob a ótica relacional. A consideração sobre o que é ser jovem depende de circunstâncias históricas determinadas, isso porque essa designação pode ultrapassar a faixa etária habitual. Alguns fatores influenciam essa realidade, tais como: o prolongamento da escolaridade em diferentes sociedades, bem como o aumento do período de convivência com o grupo familiar de origem. Assim sendo, certos marcos que constituem a vida adulta – como a inserção definitiva no mercado de trabalho após um período de formação no sistema de ensino ou a estruturação de família e a geração de filhos – tendem a ser adiados. Dessa forma, entender a juventude em termos relacionais permite flexibilizar os limites etários inferiores ou superiores, já que se é jovem sempre em função de uma peculiar relação com o mundo adulto e com o universo infantil, do qual existe tentativa de distanciamento.

O tema identidade aparece, assim, como importante já que esta fase é caracterizada como de “transição”, pois nela se gesta um vir-a-ser e, ao mesmo tempo, uma construção do presente, tendo em vista a superação da infância. Nesse sentido, é importante frisar que a dimensão da cultura, e conseqüentemente do lazer, surge como espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os

jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Através da dança, da música, da festa e de diferentes manifestações culturais, o jovem se expressa e se insere no mundo, (re)elaborando-o e (re)construindo-o.

Se a questão da identidade é fundamental para o entendimento dessa fase da vida, tendemos, no entanto, a considerá-la quando nos referimos ao jovem, a partir de estereótipos, quase sempre originados pela influência da mídia. Portanto, ao nos referirmos ao universo juvenil, sem um olhar sobre a classe social, tendemos a considerar os jovens consumistas ou alienados. No entanto, se recuperarmos a noção de classe acrescentamos ainda o atributo de violentos ou marginais (Sposito, 1996).

No campo do lazer existem poucos estudos que se dedicam à juventude e, em sua maioria, analisam os sujeitos tendo como referência as manifestações culturais com as quais os jovens se envolvem. Ou então, o enfoque acontece por meio de visões funcionalistas, principalmente no que se refere a sua abordagem moralista, buscando justificar o lazer como um elemento eficaz para retirar os jovens de condições ditas “marginais”, contribuindo para uma vida mais saudável e “regrada” do ponto de vista do que é moral e socialmente aceito.

Com relação às opções de lazer para a juventude, devemos estar atentos às diferentes expressões culturais gestadas e vividas pelos grupos, pois tornam visíveis as tensões e contradições da sociedade em que vivem. Portanto, é importante compreender os significados das vivências de lazer dos jovens, tendo em vista identificar se são apenas moda passageira ligada à indústria cultural, ou constituem novas formas de socialização vivenciadas pela juventude.<sup>2</sup>

Neste sentido, Melo (2003) afirma existir uma carência de opções de lazer para a juventude que, por certo, se encontra ainda mais fortemente cercada pelas mais diversas iniciativas de manipulação cultural, até porque são visualizados como um dos principais “nichos de mercado”, bem como devemos considerar uma

---

2. A socialização dos jovens pode ser compreendida como os processos por meio dos quais os sujeitos se apropriam do social, de seus valores, de suas normas e de seus papéis, a partir de determinada posição e de uma representação das próprias necessidades e interesses, mediando continuamente entre diversas fontes, agências e mensagens que lhes são disponibilizadas (Dayrell, 2001).



certa “juventude idealizada” que é tida como modelo padrão socialmente saudável. Esse fenômeno já vem sendo discutido em alguns países europeus, denominado “adoscentilização da cultura”.

A valorização de uma cultura jovem favoreceu essa exploração comercial, no entanto fez surgir também o estímulo a movimentos de protesto, que estão intimamente ligados à dimensão do lazer. Dayrell (2001) nos lembra que a centralidade do consumo e da produção cultural para os jovens também são sinais de novos espaços, de novos tempos e de novas formas de sua produção e formação como atores sociais. Nesse processo, surgem diferentes formas de socialização, nas quais os grupos culturais e a sociabilidade que eles produzem vêm ocupando um lugar central na vida desses sujeitos.

Com relação ao tempo para o envolvimento com as vivências de lazer, independentemente da classe social, os jovens tem uma possibilidade limitada. Para alguns, a progressão no sistema formal de ensino – principalmente com o ingresso na Universidade – pode envolver sucessivas melhorias na posição social, o que deve resultar em maior liberdade e escolha com relação às práticas de lazer. No entanto, as pressões constantes para obter uma vida profissional de sucesso impõem a esses jovens uma limitação no tempo disponibilizado para o lazer.

Por outro lado, quando o sujeito se dedica ao trabalho em tempo integral, provavelmente terá ainda menos tempo para o lazer, pois, na maioria das vezes, o trabalho acaba assumindo, precocemente, uma posição de centralidade na vida desses jovens. Além disso, é fundamental destacar que o envolvimento dos jovens com o campo de trabalho se dá principalmente por intermédio de bicos, biscates, freelance ou de outras maneiras ocupacionais caracterizadas pela informalidade.

O lazer na juventude se constitui não apenas como um tempo liberado das atividades tradicionais ligadas ao contexto da família, comunidade ou religião, mas envolve também novas obrigações instituídas em prol da colonização da juventude, como as escolas e os grupos juvenis organizados pelos adultos (Grosso, 2002). No entanto, não podemos esquecer que esses sujeitos organizam no seu cotidiano formas culturais de resistência a essa opressão e dominação aparentemente relacionadas à juventude.

Por isso, um aspecto importante a ser considerado pelo animador cultural é a necessidade de trabalhar com base nas próprias especificidades as linguagens em uso e ou geradas pelos jovens. Linguagem *clip*, internet, publicidade, cultura *Hip Hop*, *clubber* são elementos com os quais devemos aprender a lidar para nos aproximarmos da juventude, mas o olhar deve ser crítico, evitando os riscos dos “culturalismos” e a desconsideração para com as diferenças de classes sociais (Melo, 2003). Dessa forma estaremos organizando a atuação profissional no campo do lazer para além do formato tradicional e, portanto, considerar que o âmbito da cultura pode suscitar novas formas de conscientização e resistência dos grupos de jovens com os quais atuamos.

## O lazer dos adultos e a centralidade do trabalho e do consumo

Apesar de não ser possível estabelecer generalizações, a idade adulta pode ser compreendida entre a fase da juventude, que nem sempre compreende o mundo do trabalho e o período da velhice, que muitas vezes estabelece relações com aposentadoria. Esse período substancial do ciclo vital engloba a maior parte dos sujeitos que estão trabalhando para se manter ou sustentar um núcleo familiar.

Com relação aos estudos sobre o lazer, é importante destacar que essa fase da vida vem sendo negligenciada nos estudos referentes ao tema, principalmente porque em geral associa-se esse período ao mundo da produção. Por isso, é um desafio e ao mesmo tempo uma necessidade para o lazer, enquanto campo de estudos e intervenções, a ampliação da discussão desse tema em nosso meio.

De acordo com **Alves e Isayama (2006)**, pensar sobre o lazer do adulto nos aponta a necessidade de contextualizá-lo frente as diferentes esferas de obrigação humana, significa pensá-lo não de modo isolado, mas sim em sua integração com as dimensões da família, da religião, da política, e principalmente do trabalho, já que é uma das obrigações mais presentes na vida dos adultos. Na maioria das vezes, o trabalho para o adulto passa a ser fundamental e extremamente

valorizado, o que remete a dimensão do lazer a um plano secundário, até mesmo considerando que esses indivíduos ainda devem cumprir demais obrigações presentes em seu cotidiano (religiosas, familiares, políticas etc.).

Neste contexto, Elias e Dunning (1992) afirmam que o trabalho é compreendido em um nível superior, como dever moral e fim em si mesmo, enquanto que o lazer classifica-se em um nível inferior como forma de preguiça e indulgência. Essa visão hierarquiza as vivências com os quais os adultos se envolvem, apontando o lazer como um elemento de recuperação para o trabalho e dificulta, de maneira geral, o acesso a essa dimensão da cultura, que já são prejudicadas por uma série de barreiras socioculturais, conforme descreveu **Marcellino (1983)**.

Para a grande maioria das pessoas, a idéia que ainda permanece é a de redução do trabalho ao simples labor se constituindo como fonte de sobrevivência dos trabalhadores e o lazer passa a ser um privilégio de uma pequena parcela da população, que acontece em um tempo que é residual do trabalho.

Quando deixa de produzir, o adulto passa a não exercer seu papel no contexto social, uma vez que ele é valorizado, principalmente, enquanto o sistema puder absorver sua força para o trabalho. Isso está tão intrínseco nas pessoas, que os adultos só se valorizam quando trabalham, acabam acreditando que essa é a única forma de serem úteis e se esquecem muitas vezes de disponibilizar condições concretas para a vivência do lazer. De qualquer maneira, é comum a supervalorização da esfera laboral, mesmo nesses momentos, para não comprometer a profissão e o futuro. E como afirmam Stoppa e Isayama (1999), adiando e confinando o lazer e suas possibilidades de prazer sempre para depois, um depois que nem sempre acontece.

É nessa fase da vida, também, que os sujeitos e conseqüentemente as suas possibilidades de vivências de lazer são valorizados pela sua capacidade de consumo. Pela imposição da concepção neoliberal de globalização, para qual os direitos são desiguais, as novidades modernas aparecem para a maioria apenas como objetos de consumo, e para outros apenas como espetáculo. Canclini (1995) assinala que o direito de ser cidadão, ou seja, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens, acaba se restringindo às elites.

Em face dessa realidade, nem todos os adultos podem ser consumidores. Afinal, desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chega mais perto do objeto desejado (Bauman, 1999, p. 94). Essa esperança, embora seja alimentada racionalmente por alguns, para outros é considerada fútil. Todos estão sujeitos a inúmeras opções, mas nem todos detêm os meios de ser optantes, concretizando assim os seus desejos.

No entanto, quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e se reelabora o sentido social, é preciso analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que, habitualmente, recebem o rótulo de consumo. Em outras palavras, devemos nos perguntar se, ao consumir, não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, constitui uma nova maneira de ser cidadão.

Se é certo que o consumo exacerbado e alienado de práticas culturais de lazer dificulta o pensar crítico, também é certo que ele pode não aniquilar completamente a percepção crítica da realidade. Aqui buscamos novamente apoio em Canclini (1995) para redimensionar o permitido e o possível, alargando as possibilidades de resistência. Entretanto, para articular o consumo com um exercício refletido da cidadania, é necessário pensar ações políticas pelas quais os consumidores ascendem à condição de cidadãos. Isso implica uma concepção de mercado não apenas como um simples local de troca de mercadorias, mas como rede de interações culturais mais complexas. Da mesma maneira, o consumo é visto não como mera posse individual de objetos isolados, mas como uma apropriação coletiva de bens e serviços que proporcionam satisfações, sejam elas biológicas ou simbólicas.

Por isso concordamos com [Alves e Isayama \(2006\)](#) quando esclarecem que o consumismo e produtividade são valorizados em detrimento de outras possibilidades e o adulto é o elemento chave de contribuição para o desenvolvimento dessa lógica, pois é, em potencial, consumidor e produtor ativo, e a maior parte do seu tempo é dedicado a essas atividades. O entendimento de ser adulto se dá, então, como ser humano dirigido pela lógica da sociedade capitalista, sendo

útil, não no sentido de humanidade, cumprindo com valores de cidadania, mas como um utensílio no campo do trabalho, priorizando essa atividade, em cooperação e conformismo com a lógica de produção e consumo, adotando, vivendo e transmitindo esses valores.

No entanto, o lazer pode colaborar com a construção de uma nova realidade, desde que não seja considerado como fenômeno isolado, mas como um dos elementos que integram essa complexa trama de interações de naturezas diversas. Assim, o lazer passa a ser promissor não pela lógica da produtividade e ou do consumo, mas originado de uma experiência cidadã, ampliando chances de que as práticas de lazer constituam canais de resistência, mobilização e engajamento político. Neste âmbito, os adultos, bem como os demais sujeitos, passam a ter responsabilidade de pensar em novas fórmulas mais solidárias e includentes para todas as dimensões de nossa vida social e cultural, e não apenas para o lazer, como uma de suas estâncias fráguas.

A vivência do lazer para esse grupo tem o tempo como um dos fatores limitantes, já que o sistema valoriza principalmente a sua força de trabalho. Nesse contexto, observamos também uma restrição do lazer a alguns campos específicos de interesse, mas não por opção e sim por não terem contato com outros conteúdos, o que demonstra a necessidade de um trabalho educativo no sentido de ampliar o envolvimento dos adultos em diferentes vivências de lazer. E nesse sentido, **Marcellino (2002)** ressalta que o ideal seria que o sujeito pudesse se envolver com os vários grupos de interesse, procurando, exercitar, no lazer, o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o relacionamento social, o intercâmbio cultural e a quebra da rotina, quando, onde, com quem e da maneira que quisesse.

## Limites e possibilidades do lazer na velhice

Nos dias atuais, verifica-se a ocorrência de um fenômeno sem precedentes na história da humanidade: o acelerado envelhecimento da população. Este fenômeno comum a todos os países do mundo pode ser explicado pela combinação de dois fatores demográficos: o progressivo aumento da expectativa de vida ao nascer, e a queda da taxa de fecundidade da população.

As pessoas idosas constituem, assim, o segmento social que mais cresce no mundo. A previsão é que nas próximas décadas  $\frac{3}{4}$  da população idosa esteja concentrada nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, salientando a necessidade de dedicarmos especial atenção a esta questão, preparando-nos para satisfazer as necessidades desses cidadãos e de seus núcleos familiares.

Em nações como o Brasil, lamentavelmente a expansão quantitativa da população idosa não vem sendo acompanhada das necessárias condições que poderiam proporcionar uma vida com mais qualidade na velhice. Assim, esta parcela da população se encontra vulnerável a exclusões e discriminações de toda ordem – não por falta de legislação mas de ações efetivas e de uma mudança de mentalidade da população em geral, que normalmente classifica o idoso como um fardo para a sociedade e tem uma imagem deturpada da velhice.

É necessário rever essas duas questões. Conceber o idoso como um fardo, sobretudo econômico, é uma idéia falaciosa, pois, os indicadores estatísticos revelam que os idosos são os responsáveis pela manutenção de 25% dos lares nacionais (Gomes; Baranowski Pinto, 2005). Quando se fala em envelhecer, geralmente a imagem que prevalece é a de um período caracterizado pela doença, fraqueza, dependência, derrota, pobreza, solidão e isolamento. Essa imagem acaba influenciando negativamente a opinião pública, as atitudes, as convicções e o comportamento da população em geral – até mesmo das próprias pessoas idosas, que muitas vezes acabam abrindo mão de descobrir as novas possibilidades proporcionadas pela velhice em nome da ilusória busca pela fonte da juventude, fase da vida que, como visto, constitui o principal padrão de referência em nossa sociedade (Gomes; Faria, 2005).

De fato, a realidade vem mostrando que assumir a velhice não é fácil para a maioria das pessoas, que se sentem fragilizadas e temerosas com o avançar da idade. Para Barreto (1997), é fundamental apontar o preconceito e o medo da velhice, duas faces da mesma moeda cunhada pela sociedade do lucro, da produtividade, do descartável e do efêmero.

Assim, é fundamental esclarecer que o envelhecimento é um processo dinâmico que caracteriza toda a vida e envolve continuidade

e mudança. Ao contrário do que se pensa, a velhice não representa uma fase marcada somente por perdas e ocorrência de inúmeros problemas de saúde. Ela pode ser uma fase positiva e enriquecedora, constituída principalmente de ganhos – decorrentes da maturidade e do conhecimento adquiridos ao longo da vida. Mas, para que a velhice seja encarada dessa maneira, é necessário promover uma mudança de mentalidade, o que pode ser alcançado a partir da busca de conhecimentos que nos possibilitem compreender melhor o processo de envelhecimento.

Essa preocupação ainda é muito recente em nossa sociedade. Afinal, há poucas décadas a esperança de vida ao nascer, em várias nações do mundo, não passava de 50 anos. Ultrapassar esse limite de idade era uma exceção. Hoje, os estudos produzidos no campo da gerontologia vêm colaborando sobremaneira com a constituição de um novo olhar sobre o processo de envelhecimento, mas, esses conhecimentos ainda não atingiram a população como um todo.<sup>3</sup>

Néri e Cachioni (1999) explicam que velhice e envelhecimento são realidades heterogêneas, variando conforme o tempo histórico, cultura, classe social, história de vida, condições educacionais, estilo de vida, gênero, etnia e profissão, entre outros elementos que conformam as trajetórias de vida de grupos e indivíduos. O modo de envelhecer depende de como o curso de vida (de cada pessoa, grupo etário e geração) é estruturado pela influência constante e interativa de suas circunstâncias histórico-culturais, da incidência de diferentes patologias durante o processo de desenvolvimento e envelhecimento, de fatores genéticos e do ambiente ecológico.

Dessa forma, não é a velhice que produz um estado de saúde debilitado: isso decorre de uma sociedade que não oferece a todos os seus membros condições dignas para viver e envelhecer. Doença e fraqueza não são simples questões biológicas, mas socioeconômicas. É muito difícil obter uma velhice sadia quando se lidou ao longo da

---

3. Os dois termos associados ao envelhecimento – geriatria e gerontologia – começaram a ser utilizados no Brasil em meados do século XX, mas, ainda hoje, são poucos aqueles que conhecem os significados dessas palavras. Enquanto a geriatria é um ramo que se dedica aos problemas médicos dos idosos, a gerontologia significa um campo de estudos multidisciplinar sobre o processo de envelhecimento, levando em consideração a influência de vários aspectos: biológicos, psicológicos, educacionais, políticos, geográficos e sociológicos, entre inúmeros outros.

vida com as piores condições de educação, saneamento básico, alimentação e moradia, por exemplo (Barreto, 2002).

Quando a saúde é entendida como a conservação da qualidade de vida e da possibilidade de conviver e se adaptar a novas condições, pode-se considerar saudáveis um grande número de pessoas idosas que apresentam as limitações próprias da idade (dificuldades para enxergar, ouvir e andar, entre outras) ou que são portadoras de doença crônico-degenerativas sob controle (tais como hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares, reumatismo, osteoporose). Com os devidos cuidados, nem as doenças, nem o uso de medicamentos impedem as pessoas idosas de participar de grupos de convivência, “universidades da maturidade” ou programas de lazer.

No Estatuto do Idoso, em particular, o lazer é tratado como um direito a ser assegurado pela família, pela comunidade, pela sociedade e pelo poder público. Conceber o lazer como um direito social significa assumir a responsabilidade de ampliar o acesso das pessoas às manifestações lúdicas da nossa cultura: festas, passeios, espetáculos, viagens, esportes, jogos, brincadeiras, oficinas, artesanato, trabalhos manuais e diversas formas de artes (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), entre inúmeras outras possibilidades que podem proporcionar valiosos benefícios, especialmente na velhice.

Entretanto, o valor do lazer na velhice não reside nas atividades propostas, tampouco na quantidade de experiências vivenciadas, mas, no que elas significam para cada idoso, para as instituições, para as famílias. Por isso, os membros do grupo devem ser convidados a participar do processo de construção da proposta a ser desenvolvida em um determinado período, atuando como sujeitos, e não como simples espectadores, colocando em evidência o desafio de partilhar o conhecer, o vivenciar, compreender e avaliar os conteúdos do lazer com a qualidade que se deseja. O importante é considerar o lazer baseado no desejo de auto-realização, nas relações sociais, na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento das potencialidades, na aprendizagem continuada.

Sem desconsiderar os conteúdos mais apreciados pelos idosos, é interessante procurar diversificar o leque de opções, ou seja, eleger experiências que têm significado para o grupo, que despertem seu interesse. No caso das vivências corporais, por exemplo, é necessário



entender de que experiências estamos falando, em que contexto elas são produzidas, que significados possuem para os sujeitos que as vivenciam, que conhecimentos as fundamentam e são produzidos a partir de sua vivência. Além disso, o lazer vivenciado em um ambiente alegre, democrático e enriquecedor, que valoriza o potencial dos idosos pode, por meio de discussões, levá-los a refletir sobre suas relações, sonhos e objetivos, aumentando sua disposição para o dia-a-dia.

Podem-se destacar novos conteúdos, ampliar as habilidades a serem estimuladas e acentuar a satisfação e o prazer de aprender, criar e arriscar. Obviamente, agindo com cautela e atentando para todos os detalhes, evitando a ocorrência de acidentes e de riscos desnecessários. Ao vivenciar o lazer, as pessoas idosas podem exercitar a capacidade de decisão, pensamento e imaginação, ampliar as oportunidades de integração e convívio social, além de (re)construir e (re)organizar a experiência cultural de seu tempo. Desenvolvendo oportunidades e experiências de lazer que tenham significado para o grupo, é possível estimular a iniciativa, a independência, a troca de idéias e a superação de desafios por parte dos envolvidos, respeitando os limites pessoais de cada um e resgatando sonhos e projetos.

É um equívoco pensar que desenvolver propostas de lazer para pessoas idosas não difere (ou difere pouco) das atividades preparadas, em geral, com outros grupos. Válidas são as palavras de Barreto (1997), ao sublinhar que não estão preparados para cuidar do lazer dos velhos aqueles que são especialistas, por exemplo, em desenvolver propostas de lazer para adultos. Pessoas idosas não são apenas diferentes de outros grupos, elas também diferem muito entre si, e pouco se conhece sobre este heterogêneo grupo social. São sujeitos singulares que desafiam nossa percepção sobre o tempo, relações humanas, valores e princípios éticos, prioridades, limites, desafios, sensibilidades, angústias, exclusões, enfim, sobre toda a complexidade e beleza da vida.

Apesar de parecer simples, atuar com competência no campo do lazer apresenta complexidades e trabalhar com pessoas mais velhas exige empenho adicional por parte dos profissionais.

É necessário enfatizar que para trabalhar com idosos é preciso gostar de pessoas mais velhas. Saber lidar com o público não é suficiente, é preciso gostar de interagir com esse público específico.

Pessoas idosas exigem sensibilidade, atenção, transparência, cuidado e paciência. São perspicazes e mostram insatisfação quando são tratadas com descaso e percebem quando um profissional não tem interesse por elas, não considera suas necessidades e não as reconhece como pessoas importantes. As pessoas mais velhas gostam de ser ouvidas, de expressar suas opiniões e serem respeitadas por elas, de se sentirem úteis, valorizadas e independentes, de serem identificadas pelo nome.

Porém, é mister observar e escutar atentamente o idoso como um profissional da área do lazer, sem a pretensão de assumir o papel de psicólogo ou “conselheiro”. Nada de conselhos ou de se envolver emocionalmente com as narrativas: é só ouvir e registrar o que ouviu para conhecer melhor o grupo e cada um dentro dele, atitude de respeito pela opinião do idoso (Barreto, 2002, p.72). Afinal, sua cultura é diferente, seus referenciais são outros, seu comportamento e até seu vocabulário expressam a realidade em que foi criado, há muitas décadas.

Finalmente, na perspectiva aqui adotada, o lazer na velhice pode favorecer a ampliação do círculo de amizades, a descoberta de novas potencialidades, a superação de limites, a melhoria do humor, da ansiedade e da depressão; a diminuição da vulnerabilidade a doenças e ao estresse psicológico, a recuperação da auto-estima, a redescoberta de seu valor e papel na sociedade e a integração social. Essas são algumas das razões que salientam a importância de ampliar o acesso das pessoas idosas ao lazer.

Considerando que viver mais é hoje uma realidade, o lazer pode ampliar as chances de renovação pessoal e social das pessoas, auxiliando-as também a superar limites e descortinar novas possibilidades: não apenas na velhice mas, em todas as etapas da vida.

## Considerações finais

Ao refletirmos sobre alguns aspectos que interferem nas distintas fases da vida humana, verificamos que cada momento é passível de mudanças nas referências e nas preferências em termos das vivências de lazer. A faixa etária, por si só, não é suficiente para explicar as diferenças na apropriação das possibilidades de lazer, por

isso as fases da vida aqui discutidas – infância, juventude, fase adulta e velhice – são compreendidas como períodos articulados que, no entanto, apresentam peculiaridades, limites e possibilidades em relação à apropriação do lazer. Nesse sentido, é preciso considerar vários fatores que influenciam nossos conceitos e experiências de lazer em cada etapa da vida, tais como: classe social, gênero, estado civil e nível educacional, entre vários outros.

Mesmo que tenhamos tratado distintamente essas quatro fases da vida, muitas questões próprias a cada uma delas pode estar presente, em maior ou menor grau, em outras etapas, tais como a discussão do direito, da identidade, do consumo, da produtividade, do alargamento de possibilidades de vivências de lazer.

Finalizando, destacamos que quando abordamos o lazer em diferentes fases da vida, pretendemos incentivar a ampliação de possibilidades de vivências críticas e criativas, de convivência com as diferentes faixas etárias, gerações e grupos sociais. Nesse sentido, acreditamos ser possível caminhar para um encontro que desenha projetos comuns ao longo da vida humana, capazes de oferecer novos e múltiplos caminhos para a nossa organização cultural.

## Referências

BARRETO, M. L. *Lazer e cultura na velhice*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/PBH, 1997. p. 130-36. (Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9).

BARRETO, M. L. *Potencial turístico da terceira idade*. Belo Horizonte: SESC, 2002.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Wditora, 1999.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

DAYRELL, J. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2001.

DEBORTOLI, J. A. O. Verbete Brincadeira. In: GOMES, C. L. (org.) *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 19-24.

- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*, Lisboa: Difel, 1992.
- GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. *Lazer e diversidade cultural*, Brasília: SESI/DN, 2005.
- GOMES, C. L. Verbetes Lúdico. In: GOMES, C. L. (org.) *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GOMES, C. L.; BARANOWISKI P. G. *Lazer e idosos: estudo exploratório no contexto de um projeto de extensão universitária*. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, 2005. (Relatório de pesquisa, Mimeo).
- GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*, Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROPPO, L. A. *A emergência da juventude e do lazer como categorias socioculturais da modernidade*. Belo Horizonte: Licere, v. 5, n. 1, p. 73-82, 2002.
- ISAYAMA, H. F.; STOPPA, E. A. Lazer e empresa: a questão do lazer dos profissionais do lazer. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e empresa: múltiplos olhares*, Campinas: Papirus, 1999. p. 163-175.
- MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da Animação*, Campinas: Papirus, 1990.
- MELO, V. A. *Lazer e Minorias Sociais*, São Paulo: Ibrasa, 2003.
- NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (org.). *Velhice e sociedade*, Campinas: Papirus, 1999. p. 113-40.
- SPOSITO, M. P. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. p. 96-104.